

Relações entre Planos de Bairro, territórios educativos e intersectorialidade na cidade de São Paulo: participação ou tutela?¹

Relations among Neighbourhood Plans, educational territories and intersectorality in the city of São Paulo: participation or tutelage?

Fernanda Eiras Rubio*, Enrique Grunspan Staschower**

*Universidade de São Paulo, Brasil, fernandarubio@usp.br

**Universidade de São Paulo, Brasil, enrique.staschower@usp.br

usjt
arq.urb

número 41 | abr - dez de 2026

Recebido: 27/03/2024

Aceito: 04/03/2026

DOI: [10.37916/arq.urb.vi41.728](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi41.728)



Palavras-chave:

Plano Diretor Estratégico.
Neoliberalismo.
Comunidades.

Keywords:

Strategic Masterplan.
Neoliberalism.
Communities.

Resumo

Sob a perspectiva analítica dos avanços do empresariamento neoliberal sobre o Estado, este artigo propõe analisar o processo de apropriação dos Planos de Bairro por organizações provenientes de grandes corporações. Os Planos de Bairro foram criados como elementos de gestão participativa dentro do Plano Diretor Estratégico, objetivando a valorização das comunidades locais. No entanto, o PDE foi considerado uma ilusão por não ter a participação efetiva da população e favorecer a especulação imobiliária. Por meio da análise de alguns Planos de Bairro implantados na cidade de São Paulo – Perus, Cambuci e Região, Jardim Lapenna e Jardim Pantanal – investigou-se, através das metodologias da análise de conteúdo e da autoetnografia -, como ações educativas e intersectoriais nos respectivos territórios foram capazes de confrontar (ainda que tuteladas por interesses privados) a produção hegemônica nos bairros, criando novos espaços de reflexão coletiva sobre o direito à cidade. A participação precisa promover equidade e autonomia.

Abstract

From the analytical perspective of the advances of neoliberal business on the State, this article proposes to analyse the process of appropriation of Neighbourhood Plans by organisations from large corporations. Neighbourhood Plans were created as elements of participatory management within the Strategic Master Plan, with the aim of valuing local communities. However, the SMP, was considered an illusion because it lacked the effective participation of the population and favoured real estate speculation. Through the analysis of some Neighbourhood Plans implemented in the city of São Paulo – Perus, Cambuci and Region, Jardim Lapenna and Jardim Pantanal – we investigated, using the methodologies of content analysis and autoethnography, how educational and intersectoral actions in the respective territories were able to confront (albeit under the tutelage of private interests) the hegemonic production in the neighbourhoods, creating new spaces for collective reflection on the right to the city. Participation needs to promote equity and autonomy.

¹Artigo com base em trabalho apresentado em 2023 no XII CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, na Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), sob a organização do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), no GT 30 – Políticas Públicas e Mudança Social.

Introdução

Temas como Planos de Bairro e territórios educativos se relacionam pela promoção da intersectorialidade destas iniciativas, na qual os Planos de Bairros se tornaram uma política pública municipal, como parte do Plano Diretor Estratégico (PDE), e os projetos de territórios educativos têm se fortalecido de diversas formas pelos bairros. O que se observa de modo geral nas experiências que florescem nos últimos 10 anos é a participação sendo fomentada por corporações envolvidas. Este é um fenômeno que este trabalho busca investigar.

Este trabalho está dividido em cinco partes: nesta introdução se encontram o objetivo e as metodologias da investigação; na segunda parte está a fundamentação teórica da pesquisa; na terceira parte são apresentadas as caracterizações dos bairros investigados; na quarta parte estão o desenvolvimento da pesquisa e sua discussão; e na quinta parte se encontram as considerações finais.

O objetivo desta pesquisa é analisar as relações entre os Planos de Bairro, os projetos de territórios educativos e a intersectorialidade em quatro casos de iniciativas de Planos de Bairros na cidade de São Paulo: Perus (2012) na região noroeste, Cambuci (2013) na região centro-sul, Jardim Lapenna (2017) e Jardim Pantanal (2022) na zona leste, no distrito de São Miguel Paulista.

Diferentes metodologias foram aplicadas no estudo: uma revisão bibliográfica e análise de conteúdo para os quatro casos analisados e, no caso do Plano de Bairro do Cambuci, também a autoetnografia. A revisão bibliográfica acerca dos conceitos trabalhados e dos casos abordados foi realizada com livros e materiais disponibilizados na internet. A metodologia da análise de conteúdo foi utilizada de acordo com os materiais levantados nos casos analisados em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do conteúdo; e 3) o tratamento dos resultados (BARDIN, 2016). Na fase de pré-análise correspondeu à escolha dos materiais pertinentes para esta investigação a partir da revisão bibliográfica realizada; na fase de exploração do material os documentos escolhidos foram organizados de forma sistematizada; e na fase do tratamento dos resultados elaborou-se a síntese, seleção dos resultados e interpretações.

A autoetnografia foi utilizada no caso do Plano de Bairro do Cambuci e Região, pois a autora participou, como moradora, do processo inicial com a Rede Social Cambuci

(REDESC), fomentada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAEC) – Aclimação, que posteriormente não teve continuidade. Essa metodologia tem o potencial de confrontar as narrativas hegemônicas, criando novos espaços de reflexão na construção do conhecimento crítico e interdisciplinar a partir da experiência pessoal na complexidade (MIRANDA, 2022).

Karl Heider, antropólogo estadunidense com suas pesquisas voltadas para a antropologia psicológica e visual, criou a metodologia da autoetnografia em 1975, pela qual, em uma investigação, os membros de uma cultura se referiam à sua própria cultura. O termo é originário do grego: auto = de si mesmo; etno = em grupo de pertencimento; e grafia = forma de escrever. O que caracteriza essa metodologia "(...) é o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador (...)" (SANTOS, 2017, p. 119).

A necessidade de estudos que analisem a eficiência das estratégias de inclusão e participação nos Planos de Bairro é apontada, destacando também a importância, nesse contexto, do desenvolvimento de novos trabalhos focalizados nas mudanças tecnológicas e sua incidência na ampliação da inclusão e participação social dentro dos processos de planejamento urbano (URBINI et al., 2023).

Fundamentação teórica

Podemos entender nossas cidades enquanto a representação espacial de uma sociedade desigual e fracionada. Ela se expressa nas oportunidades de trabalho, nas ofertas de moradia, nos modelos de deslocamentos diários ou na oferta – com dignidade – de equipamentos para atendimentos de saúde, educação, cultura e segurança. No enfrentamento a este cenário, na Assembleia Constituinte de 1988 fundamenta-se um debate na Subcomissão da Questão Urbana e Transportes.

Em atenção às propostas do bem coletivo, na segurança, no bem-estar e no equilíbrio ambiental, a Constituição de 1988, nos artigos 182 e 183, trata de fundamentar a função social da propriedade urbana. Para sua implementação, em 2001, levou-se à promulgação do Estatuto da Cidade, atribuindo-se o caráter participativo na sua gestão através do Plano Diretor Municipal, capaz de regular suas funções.

De modo a estimular a participação local, surgem as propostas dos Planos de Bairro, capazes de instrumentar localmente as melhorias urbanísticas, habitacionais, paisagísticas e ambientais, bem como fiscalizar as ações e intervenções

propostas no Plano Diretor – transformando e articulando as ações comunitárias de maneira a acompanhar os anseios populares do processo de redemocratização ao fim do período da ditadura militar.

No Projeto de Lei da Revisão do Plano Diretor Estratégico (PL 688/13) de São Paulo há a indicação dos Planos de Desenvolvimento do Bairro (Artigo 118), nos quais devem ser utilizadas metodologias participativas cujo objetivo seria garantir a colaboração da sociedade civil em todas as etapas de elaboração. As demandas urbanas, sociais e ambientais poderiam ser identificadas por meio de: pesquisas de campo junto a moradores; análises de dados de diferentes órgãos de pesquisa; análises de estudos prévios; utilização de metodologias participativas; e a utilização de abordagens interdisciplinares (SÃO PAULO, 2013).

Os Planos Diretores Estratégicos de São Paulo, ao longo de suas várias reformulações, sofreram inúmeras críticas por favorecer a especulação imobiliária e não ter participação efetiva da população em maior vulnerabilidade, tornando-se desse modo uma mera ilusão (VILLAÇA, 2005). Embora o cenário seja de políticas neoliberais e fragmentações, para Maricato (2020) as cidades são importantes para a participação democrática, se aliadas aos conhecimentos científico e técnico, urbanístico e ambiental, de modo a se contrapor às manipulações dos investimentos públicos e capazes de promover um projeto que combata desigualdades através do poder local (em escolas, nas praças e ruas).

As experiências educativas que incluem a comunidade ao redor das escolas e a natureza como espaços educativos existem desde o início do século XX em diversos países com diferentes nomes e mais recentemente são chamadas de territórios educativos (LOUV, 2016). O conceito de território educativo, de acordo com Helena Singer, possui quatro características: 1) desenvolve um projeto educativo para o território criado pelas pessoas que interagem naquele espaço; 2) agrega escolas que reconhecem seu papel transformador e que entendem espaços urbanos como espaços do aprendizado; 3) multiplica as oportunidades educativas para todas as idades; e 4) articula diferentes setores (educação, saúde, cultura, assistência social, etc.) em prol do desenvolvimento local e dos indivíduos (SINGER, 2014).

O conceito de Cidades Educadoras iniciou-se em Barcelona (Espanha) durante a realização do 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras em 1990, criando a Declaração de Barcelona, atualizada em 2020, que busca fomentar políticas

públicas que possibilitem a promoção da cidade como território educativo. Esse movimento compreende que educação é fundamental para o planejamento urbano e a participação política pela confluência de formações integradas às políticas socioculturais (AMBROGI et al., 2022).

A intersetorialidade é considerada uma articulação de experiências e saberes em busca de soluções sinérgicas, transpondo a ideia de transdisciplinaridade e sua dinâmica ao mundo governamental. Para tanto, é fundamental: a focalização regional em segmentos da população e a preocupação com resultados e impactos. Além desses pontos, quatro aspectos devem ser discutidos na perspectiva de transetorialidade: 1) mudança de paradigma; 2) projeto político transformador; 3) planejamento e avaliação participativos e com base regional; 4) atuação em rede de compromisso social (IONJOSA, 2002). Essas práticas podem ser observadas em projetos de territórios educativos, tanto os tutelados por instituições corporativas quanto os mais autônomos e independentes desenvolvidos nos bairros.

A participação pode ser considerada um processo educativo e tem o potencial de diminuir atitudes não democráticas (PATEMAN, 1992). Assis e Gohn (2020) assinalam que a luta pelo direito de participação nas políticas públicas sempre esteve presente no Brasil e foi constituído tardiamente. Essa participação conquistada é fundamental para qualificar as políticas sociais (DEMO, 2009). No entanto, Montaner (2021) alerta, por meio da perspectiva crítica de Miessen (2014), que a participação, apesar de ser um direito imprescindível, pode ser manipulada pelas grandes empresas e proposta pelo poder como "apaziguamento" e não de transformação (MONTANER, 2021).

Na cidade de São Paulo surgiram, na segunda metade do século XX, experiências que visavam estimular a participação comunitária, algumas delas educativas, como a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) de 1947, dirigida pelo padre dominicano francês Louis-Joseph Leuret. Esses trabalhos interdisciplinares realizados em São Paulo buscavam um planejamento urbano orientado a partir da compreensão da escala do bairro como habitat gerado pelas classes trabalhadoras – tributário da "Doutrina Social da Igreja" (MOURAD, 2012).

Embora movimentos de participação política a nível local tenham surgido ao longo do tempo, as políticas de Estado e de governos seguem na prática um padrão no

qual não se integram os diversos setores atuantes nos territórios (educação, saúde, moradia, entre outros) e não se oferecem suficientes espaços de expressão comunitária e participativa à população.

Em algumas buscas em dicionários, a palavra tutela se associa à proteção, amparo e defesa. Especificamente no dicionário Caldas Aulete (2004): 1) responsabilidade legal para administrar os bens e a integridade de alguém; 2) proteção ou amparo; 3) dependência, sujeição e desorientação. Nesse sentido, o que se observa nas experiências de Planos de Bairros e em projetos de territórios educativos a partir de iniciativas organizadas por instituições que pertencem a grandes corporações é uma participação das comunidades tutelada, partindo de métodos e abordagens pré-estabelecidas. Caberia questionar o interesse desses investimentos privados a partir de uma política pública justamente em territórios com maiores vulnerabilidades.

Desde a década de 1990 ocorreram tentativas de elaboração de Planos Diretores e de Bairro de caráter participativo no Estado de São Paulo, em conjunto com a área da educação, buscando uma forma mais democrática – foram experiências pedagógicas potentes ao relacionar a escola e a comunidade, porém praticadas parcialmente. Em outros países tais práticas foram implantadas integralmente, possivelmente sob a influência das ideias de Paulo Freire (CAMPOS FILHO, 2003).

No Brasil destaca-se o cenário neoliberal no qual as políticas sociais sofrem impacto sob restrição orçamentária, trazendo como consequência fragmentação, privatização e terceirização dos serviços públicos (WANDERLEY et al., 2020). Talvez essa seja uma brecha para acentuação das forças financeiras nos últimos anos, influenciando os instrumentos de políticas urbanas desde a criação do Ministério das Cidades em 2003.

Caracterização dos bairros investigados

Podemos entender os Planos Diretores Estratégicos, enquanto instrumento participativo, capaz de equilibrar as formas e embates pelos espaços urbanos através das ofertas igualitárias de infraestruturas e equipamentos urbanos. No entanto, a distribuição de infraestruturas e equipamentos é desigual, uma vez que o capital imobiliário busca dirigir ações estatais para aqueles territórios que se manifestam potencialmente compensadores às remunerações financeiras.

Partindo destas premissas, entenderemos como o capital é capaz de produzir formas urbanas desiguais e diferenciadas, oscilando entre concentrações de riqueza e produção de pobreza na sua permanente expansão espacial. Entretanto, esta lógica negligencia a governança e a gestão social destas áreas de exclusão, hábeis de atender demandas socioambientais das populações diretamente atingidas ou circundantes às áreas privilegiadas.

Assim, os territórios ora em estudo – através dos seus Planos de Bairro – Perus, Cambuci, Jardim Lapenna e Jardim Pantanal, mesmo distantes geograficamente, guardam semelhanças formativas e ambientais que poderão ser caracterizadas como áreas resultantes de uma distribuição desigual de infraestruturas e equipamentos urbanos.

Entende-se que estes quatro territórios abrigam operários e periféricos assentados transversalmente aos acessos da industrialização que se nutre de baixos salários. O território de Perus vincula-se à extração de ouro de aluvião das vertentes do Pico do Jaraguá que, nos séculos iniciais de colonização, revelou quantidades suficientes para atribuir-lhe a condição de "Segundo Peru" ou "Peru do Brasil" – uma das possíveis origens do nome do bairro (Perus) (SIQUEIRA, 2001). Já o bairro do Cambuci, nome de origem indígena segundo a qual árvores de cambucizeiros eram encontradas em abundância na região, abrigava tropeiros em albergues e trapiches de chão batido que faziam a conexão do planalto com o litoral, banhando-os no Córrego Lavapés antes de adentrar na cidade colonial.

Há uma coincidência de história industrial nestes dois territórios: Perus, que graças à extração de calcário sediou a canadense Fábrica de Cimentos Portland Perus; Cambuci sediou em 1914 a Oficina e Garagem da Tramway Light and Power Company Limited, empresa de capital canadense-anglo-americano (que recebera autorização federal para se instalar em 1898 de forma a prover inicialmente transporte e posteriormente energia elétrica para sediar o impulso industrial da cidade) (HUBNER et al., 2020).

Tanto a Fábrica de Cimentos Portland Perus como a Oficina e Garagem da Tramway Light and Power Company Limited se caracterizam hoje como vazios urbanos, espaços subutilizados em ruínas há décadas. No terreno da fábrica em Perus, movimentos de preservação da memória do bairro articulam a criação de um centro cultural no local (GHISLENI, 2023); já no terreno da Light no Cambuci,

considerado o maior terreno vazio do centro expandido de São Paulo, está sendo construído o conjunto residencial Pátio Central com 35 torres pela incorporadora Direcional (HUBNER et al., 2020). Grande concentração de alvarás concedidos no centro da cidade para edificações de Habitação de Interesse Social/Habitação de Mercado Popular (HIS/HMP) se encontra no distrito do Cambuci (MARQUES et al., 2016).

Enquanto ocorre um distanciamento entre as decisões do poder público e as demandas nos bairros, os movimentos sociais na "guerra" ou disputas dos lugares possuem um papel fundamental na resistência contra os processos de privatização e homogeneização dos espaços, incluindo também a preservação de suas memórias coletivas, produzindo multiplicidades no cotidiano nas lutas pelo direito à cidade (ROLNIK, 2015). Uma conquista nesse sentido ocorre no bairro de Perus pelo Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá Perus Anhanguera (TICP JPA), instrumento jurídico de proteção do patrimônio inserido no PDE de 2014 a partir de demandas locais (JUSTINIANO, 2022).

A importância das oficinas da Light no Cambuci deve-se ao esforço e dedicação de seus operários, que nem sempre foram retribuídos em salários condizentes aos lucros obtidos, uma vez que, devido às dificuldades de importação e qualidade das peças recebidas, o sistema de transporte por bondes residia na capacidade destes operários reverterem problemas de manutenção com criatividade, improviso e esmero (SÁVIO, 2015).

Estes operários da Light aderiram à Greve Geral de 1917, que paralisou inicialmente 35 indústrias e 15 mil operários; ao fim de 30 dias de paralisação 70.000 pessoas haviam aderido ao movimento. Entretanto, a greve por maiores salários na Fábrica de Cimentos Portland Perus durou 88 meses e culminou vitoriosa. Mas não seria a única movimentação operária em Perus, uma vez que a poluição ambiental gerada pela fábrica de cimento, afetando pulmões e atingindo telhados, deflagrou uma batalha ambientalista aberta em 1973 que levaria ao fechamento judicial da fábrica em 1987 (SIQUEIRA, 2001 e TOLEDO, 2015).

Questões ambientais também unem os bairros de Jardim Lapenna e Jardim Pantanal em São Miguel Paulista, ambos assentados sobre as várzeas à esquerda do Rio Tietê, abaixo do seu nível de cheias, decorrentes da implantação do Plano de Avenidas de 1930 que propunha uma estrutura viária radial-perimetral para a cidade

de São Paulo, com a criação de áreas verdes transitáveis (parkways) junto às várzeas do Rio Tietê – projetando uma cidade para o transporte rodoviário, substituindo os trilhos. Estas avenidas, à imagem dos Estados Unidos, serviriam para o escoamento da produção industrial também sobre pneumáticos, retroalimentando a indústria automobilística.

Esta proposta de reformulação urbana na criação de grandes avenidas promovia a descentralização – projeto de João Florence de Ulhôa Cintra e Francisco Prestes Maia, que não consideravam os Rios Tietê e Pinheiros como parte de uma bacia hidrográfica com seus regimes de cheias, distanciando-se da proposta de 1926 de Saturnino de Brito que ocupava as margens dos rios com parques, praças e lagos, entendendo que o regime de cheias antecede à cidade na sua rede natural de drenagem (CUSTÓDIO, 2004).

Assim, a construção das vias marginais dos Rios Tietê e Pinheiros adentrou pela década de 1960, quando o processo de crescimento urbano avançou sobre suas áreas inundáveis com a impermeabilização do entorno através da sua retificação e canalização, que se uniram à impermeabilização e ao despejo de resíduos que acentuaram o processo de obstrução dos rios; os territórios dos Jardins Lapenna e Pantanal sofrem as consequências da retificação do Rio Tietê entre as décadas de 1970 e 1980 (ZANIRATO, 2011).

Estas áreas de várzea classificam-se como APA (Área de Proteção Ambiental) com alagamentos à beira do Rio Tietê, tornando-as áreas de conflito entre diversos atores: associações de moradores, assessores de prefeituras regionais, lideranças locais e instituições do poder público; compromete-se um diálogo construtivo atendendo o problema de moradia – uma vez que, por ser APA, não é permitido realizar obras de saneamento básico, muito menos casas, muito menos equipamentos urbanos de educação, saúde ou lazer (ONO, 2019).

Desenvolvimento da pesquisa e discussão

O estudo neste trabalho buscou sistematizar as análises apuradas nos quatro Planos de Bairro utilizando as metodologias da análise de conteúdo e também da autoetnografia no caso do Plano de Bairro do Cambuci e Região, com as seguintes informações em uma tabela: 1) ano da publicação, 2) organização promotora, 3) ações educativas no território, 4) relações intersectoriais, 5) potencialidades, 6)

fragilidades e 7) balanço. Essa tabela se encontra mais adiante, após o relato de cada Plano de Bairro.

Plano de Bairro de Perus

O Plano de Bairro de Perus, na região noroeste da cidade, foi organizado pelo vereador José Police Neto do PSD (Partido Social Democrático) em 2012, com o projeto de lei de sua autoria (PL 331/2011). Foi o primeiro a ser desenhado na cidade, entre 2008 e 2009, a partir da idealização do professor de arquitetura e urbanismo Candido Malta Campos Filho.

Desse modo, o trabalho foi elaborado por especialistas na área da arquitetura e urbanismo em 2011 (Francisco Salgado e Elizabeth Salgado) e pela comunidade local, trazendo informações sobre o uso do solo, infraestrutura e a caracterização socioeconômica. O documento especifica com detalhamento como as novas instalações demandadas deveriam ser realizadas.

O debate inicial sobre o Plano de Bairro foi gerado a partir de questões trazidas na desativação do Aterro Sanitário Bandeirantes em 2007, como processo participativo que, segundo Rizzi (2011), foi forjado por interesses do mercado na "cidade flexível" que se transforma continuamente em sua produção. O distrito de Perus, no que concerne à elaboração do plano, foi dividido em dez "bairros", nos quais cada um deles contribuiu nas discussões sobre as demandas e expectativas para as próximas décadas quanto aos serviços públicos. Algumas demandas foram realizadas, como a instalação de equipamentos de saúde, educação ou urbanização, dentre outros. Estas discussões, no caso de Perus, transparecem em pesquisas sobre Planos de Bairro no Brasil analisadas por Santos (2021).

No Plano de Bairro de Perus existem propostas de melhorias na infraestrutura enfatizando a criação de áreas verdes; entretanto, algumas críticas nos últimos anos relacionam-se ao aumento da especulação imobiliária na região. Para Bezerra (2017), as políticas de espaço que unem o Estado com o capital privado encontram no urbano possibilidades de valorização dentro do discurso da sustentabilidade, reproduzindo dinâmicas excludentes que partem da financeirização e acentuam a segregação socioespacial. Esse cenário é recorrente não somente na cidade de São Paulo, mas em outras cidades brasileiras, destinando espaços próximos às áreas verdes à construção de moradias de alto padrão.

Em uma matéria de 2021 da Agência Mural sobre o Plano de Metas para a região, entre diversas pautas, destaca-se a falta de um hospital público demandado anteriormente pelo movimento de saúde local. Apesar das dificuldades, Santos (2021) destaca a importância do método participativo na elaboração dos planos e projetos urbanísticos adequados à realidade local, atendendo os anseios da população com eficiência, principalmente nos bairros periféricos. Mudanças de paradigma acontecerão quando o poder público mudar sua política permissiva que atende exclusivos interesses de elites financeiras, sobrepondo-se às necessidades reais da maioria da população desamparada e em precárias condições de vida.

Plano de Bairro do Cambuci e Região

O Plano de Bairro do Cambuci e Região, na região centro-sul, foi fomentado pelo SENAC – Aclimação junto à REDESC em 2013. A proposta foi discutida no SENAC – Aclimação juntamente com moradores da região no início de 2013 e, a partir dessa construção, reuniões, encontros e ações em espaços públicos e privados na região foram organizados e divulgados pelas redes sociais, além de cartazes impressos distribuídos pelo bairro. A região do território de vivências do Cambuci inclui os bairros da Aclimação e Vila Monumento, acordado em consenso pelos participantes do movimento.

A formação da REDESC se iniciou alguns anos anteriores ao projeto do Plano de Bairro e se organizou como uma rede articuladora local em parceria com o SENAC – Aclimação; dentre suas atividades ao longo dos anos foram realizados projetos de feiras de economia solidária, seminário sobre os rios ocultos da Aclimação e Cambuci, caminhadas ecológicas, fóruns sociais regionais, parcerias culturais com o Bloco da Ressaca e a Fora do Eixo, entre outras.

Um dos encontros para o Plano de Bairro e com maior número de pessoas participantes foi realizado no Balneário do Cambuci em maio de 2013, durante a semana à noite, com metodologias participativas propostas por funcionários do SENAC envolvidos no projeto. Essas metodologias tratavam de dinâmicas de grupo para as pessoas presentes se conhecerem, discutirem percepções e ideias e, ao final, apresentação de propostas em cartazes para melhorias no bairro.

Eventos foram realizados em diferentes locais no bairro (escolas, associações, parques, ruas, incubadora de projetos, etc.) ao longo dos meses e nos anos seguintes,

geralmente utilizando o mesmo modelo do cartaz produzido pelo SENAC com o destaque para a frase "O bairro que queremos".

Apresentamos a seguir um registro fotográfico realizado durante a atividade de um dia ao final de semana no quiosque do Parque da Aclimação em 2013, no evento "Virada Ambiental". Nesse evento pessoas presentes no parque participaram das atividades sendo abordadas, apresentando a proposta do Plano de Bairro; participando de um mapeamento sobre o deslocamento desde sua moradia até o parque; da dinâmica do "varal dos sonhos", na qual, em um varal, pessoas penduravam suas ideias escritas em papéis coloridos para melhorar o bairro; crianças eram convidadas a pintar coletivamente seus sonhos para o bairro em um tecido grande; entre outras atividades.



Figura 1: Atividades participativas para o Plano de Bairro do Cambuci e Região no Parque da Aclimação organizada pelo SENAC – Aclimação e REDESC na "Virada Ambiental" em 2013. Fonte: Fernanda Eiras Rubio (2013).

A seguir, um registro fotográfico de parte do "varal dos sonhos" realizado no evento do Parque da Aclimação em 2013:

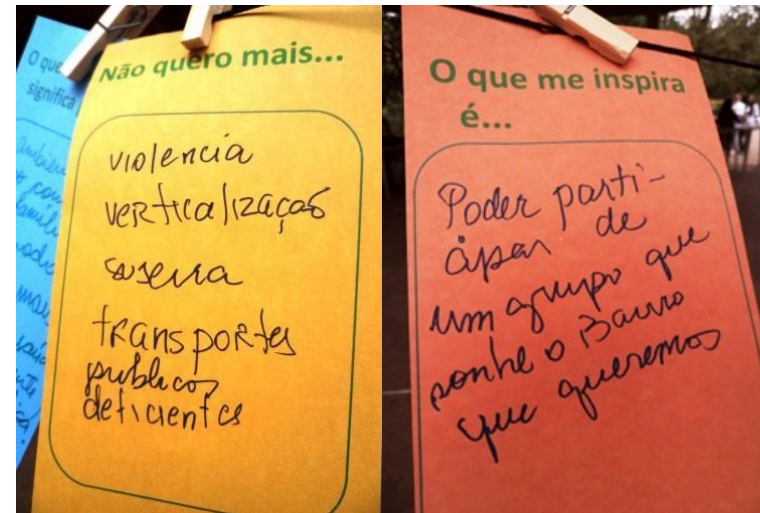


Figura 2: Atividade do "varal dos sonhos" para o Plano de Bairro do Cambuci e Região no Parque da Aclimação organizada pelo SENAC – Aclimação e REDESC na "Virada Ambiental" em 2013. Fonte: Fernanda Eiras Rubio (2013).

Em um papel do "varal dos sonhos" a frase "Não quero mais..." foi completada "violência, verticalização, (palavra ilegível), transportes públicos deficientes"; em outro papel a frase "O que me inspira é..." foi completada com "poder participar de um grupo que sonhe o bairro que queremos". A dinâmica do "varal dos sonhos" foi realizada também em outros locais, como em uma feira livre. Esse trabalho é potente como forma de as pessoas expressarem seus anseios, refletirem sobre o bairro em que vivem e, além disso, oportunizar encontros para discussões e trocas de informações que em outro momento podem se tornar um engajamento maior com a formação de comunidade pelas pessoas se conhecerem no bairro a partir dessas conversas. É evidente que para um Plano de Bairro ser elaborado é necessário unir diferentes tipos de dados na região, quantitativos e qualitativos, e não foi como esse projeto para o Cambuci e Região se desenvolveu.

Alguns meses após as parcerias comunitárias, o processo de construção do Plano de Bairro foi apresentado em um evento da Fecomércio SP (Federação do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo). Sendo assim, nos anos seguintes, através de eventos similares de caráter qualitativo e cultural, apresentando e divulgando a ideia, porém sem estudos mais aprofundados ou demandas prioritizadas dos participantes das ações.

O Plano de Bairro do Cambuci não se efetivou como um documento sistematizado após alguns anos de trabalho coletivo pela falta de mobilização contínua da comunidade participando e pela percepção de a iniciativa não ser legítima, mas orquestrada por uma instituição corporativa presente no território: o SENAC – Aclimação. Parte das pessoas do bairro se sentiram usadas no trabalho voluntário, e os funcionários do SENAC se desmotivaram pela falta de quórum. Os participantes das ações formaram uma comunidade de vizinhos e desenvolveram outros projetos em paralelo.

Plano de Bairro do Jardim Lapenna

O Plano de Bairro do Jardim Lapenna, na zona leste, localizado próximo à estação de trem São Miguel Paulista da CPTM, foi fomentado pela Fundação Tide Setubal (que atua no território desde 2006) em 2017 junto às mobilizações das instituições locais como a Sociedade Amigos do Jardim Lapenna (fundada em 1981) e moradores antigos a partir de 2016, com a percepção em comum que precisavam se unir para fazer o bairro "crescer". A Fundação Tide Setubal desenvolve projetos na área voltados para um desenvolvimento sustentável, intersetorialidade e empreendedorismo, composta pelos herdeiros do banqueiro Olavo Egydio Setubal que formam o grupo ITAÚSA, com ações que tornam a família uma das mais ricas do Brasil (ADACHI e BALARIN, 2008).

De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2013, o percentual chega a 53,5% no Jardim Lapenna; dessa forma, destaca-se a precariedade das condições de vida na região (URBINI et al., 2023 apud RUIZ e ALMEIDA, 2020). Com um quadro de agravamento de problemas sociais locais, a comunidade se apoiou na Fundação Tide Setubal com a assessoria do Centro de Política e Economia do Setor Público (CPESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a criação do Plano de Bairro (PLANO DE BAIRRO JARDIM LAPENNA, 2017).

A FGV desde o começo do plano apoiou a iniciativa com a criação de uma metodologia participativa. Como trabalho inicial foi realizado um diagnóstico; os

pesquisadores da FGV analisaram informações e indicadores oficiais, ouviram membros da comunidade e representantes de organizações locais de forma a traçar um panorama. O apoio de agentes de saúde foi fundamental para essa etapa; após essa dinâmica foi organizado um colegiado com representantes institucionais da região. Como resultado o plano traz 48 ações para transformar o bairro, com 14 propostas e 4 grandes desafios. O desafio principal e estruturador foi fortalecimento da organização comunitária, institucionalizando um colegiado formado por instituições e moradores e, a partir disso, a organização de um acompanhamento permanente da implementação. Ações para melhorias ambientais se encontram no desafio secundário, com propostas de microdrenagem, pontos de coleta seletiva e hortas comunitárias (NEVES, 2021).

Estas propostas foram apresentadas na câmara municipal, na qual o colegiado formado elencou as prioridades: projetos de drenagem na região e a implantação do ecoponto para a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA). Devido à falta de recursos e com a atenção voltada para a viabilidade do Plano de Bairro, foram priorizados três ciclos de implementação: 1) 2018 – 2021; 2) 2022 – 2025; e 3) 2026 – 2029, que seguem o calendário dos planos plurianuais (NEVES, 2021).

Ao longo dos últimos anos foram realizadas intervenções e mutirões para a melhoria dos espaços públicos de convivência como escolas e praças; o projeto de drenagem de locais e a instalação de um ecoponto foram efetuados (NEVES, 2021). E se formula o questionamento: com o apoio de corporações que atuam no território, instituições de pesquisa e o poder público local, que são forças importantes mobilizadas e que oferecem recursividade, por que ainda só restam para efetivar boa parte dos planos as ações mais diretas, voluntárias e comunitárias?

Ao que parece, o trabalho mais significativo do Plano de Bairro foi a própria organização e formação da comunidade local para demandar os seus direitos ao poder público e também construir melhorias com os seus próprios esforços. As poderosas instituições privadas que atuam no território e que possuem muitos recursos no Brasil desenvolvem um papel assistencialista que também absorve o trabalho sendo produzido pela população local sob a dimensão da "inovação" e da "sustentabilidade" em meio à miséria alheia produzida por suas heranças capitalistas que são reproduzidas de formas mais sutis atualmente.

Plano de Bairro do Jardim Pantanal

O Plano de Bairro do Jardim Pantanal, também na zona leste, localizado no Jardim Helena, foi elaborado pelo Instituto Alana junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo (IAB-SP) em 2022, por meio do projeto Urbanizar desde o ano de 2020. Dentro do escopo da 13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, como um núcleo das redes de apoio sendo formadas durante a organização do evento e com a colaboração da comunidade local para o desenvolvimento desse plano.

O Instituto Alana, nome proveniente da fusão dos nomes dos irmãos herdeiros do Banco Itaú que também fazem parte do grupo ITAÚSA, proprietários de terrenos na região e fundadores da ONG Alfredo e Ana (Alfredo Egydio Villela Filho e Ana Lucia Villela), foi fundado em 1994. No Espaço Alana, sede do instituto localizado no Jardim Pantanal, são desenvolvidas atividades na área da educação, saúde e cultura para as comunidades locais em vulnerabilidade (ADACHI e BALARIN, 2008). Este trabalho de apoio à população da região foi iniciado após os irmãos tomarem conhecimento que seus terrenos naquela área foram ocupados por inúmeras famílias.

Na dissertação de mestrado intitulada "Jardim Pantanal: atores e interesses, desalento e esperança" do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH-USP, Silva (2016) assinala que os donos do Instituto Alana demonstram "um constante cuidado com a imagem das diferentes instituições", algumas mais voltadas para o ramo do lazer e cultura, outras com pesquisas na área da saúde ou ações de advocacy.

Essas relações de herdeiros e acionistas do Banco Itaú, que também são proprietários de terrenos na região de São Miguel Paulista ocupados pela população empobrecida da cidade, demonstram preocupação com a imagem de suas instituições, criando variadas estratégias de dominação – apesar de disfarçadas – a fim de manterem e aumentarem seu patrimônio.

No contexto das recorrentes inundações no bairro, destaca-se a falta de infraestrutura pública e vulnerabilidade social na região do Jardim Pantanal; em 2021 foi publicado o "Plano Emergencial e Propostas Iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal" com uma caracterização do território, diretrizes para a contenção da pandemia de Coronavírus e diretrizes preliminares para a estruturação do território. Após essa etapa, estudos e discussões foram iniciadas e aprofundadas envolvendo

a comunidade, resultando na publicação "Fase 1 do Plano de Bairro do Jardim Pantanal" em 2022.

A fase 1 do Plano de Bairro apresenta sua estrutura baseada em cinco grupos de trabalho: 1) GT Educação/Escolas, 2) GT Meio Ambiente, 3) GT Mobilidade e Espaço Público, 4) GT Saúde e 5) GT Mulheres e Masculinidade. Demais temas como habitação, geração de emprego e renda, entre outros, estão sendo trabalhados de forma transversal e serão detalhados na fase 2 do plano (GATTI, 2022). Projetos que envolvem as temáticas dos GTs e os temas transversais estão sendo desenvolvidos com parcerias de instituições e organizações locais, assim como também universidades e setores públicos.

Após relatadas e analisadas as quatro experiências de Planos de Bairro em São Paulo, é importante destacar a reflexão de Urbini (2015), na qual os bancos se tornam representantes da "sociedade civil organizada" e desenham juntamente com o Estado a gestão das políticas públicas no setor de serviços.

A partir dessa reflexão se fundamenta e torna mais pertinente a percepção da participação popular sendo tutelada por representantes institucionais e a serviço da gestão de políticas públicas. Antes de prosseguir em análises e discussões mais aprofundadas sobre os Planos de Bairro estudados, uma tabela foi elaborada para sistematizar as experiências. Segue:

PLANOS DE BAIRRO NA CIDADE DE SÃO PAULO				
INFORMAÇÕES/ ANÁLISES	PERUS	CAMBUCI E REGIÃO	JARDIM LAPENNA	JARDIM PANTANAL
ANO	2012	2013	2017	2022
ORGANIZAÇÃO	José Police Neto e especialistas	SENAC e REDESC	Fundação Tide Setubal e FGV	Instituto Alana e IAB-SP
AÇÕES EDUCATIVAS	Participação da comunidade em localidades	Atividades em espaços no bairro	Organização em colegiados e intervenções	Formação de grupos de trabalho
RELAÇÕES INTERSETORIAIS	Envolvimento do legislativo e setores locais	Uso de equipamentos públicos	Aprovação da subprefeitura e parcerias locais	Projetos temáticos com parcerias
POTENCIALIDADES	Detalhamento com as especificidades e demandas	Formação de comunidade na organização de ações no bairro	Estratégias visando às políticas municipais	Trabalho processual e faseado em documentos
FRAGILIDADES	Participação da população forjada pelo mercado	Falta de estudos aprofundados e tutela privada	Dependência institucional para sistematizar o trabalho	Dependência institucional para sistematizar o trabalho
BALANÇO	Experiência pioneira com a participação de diferentes atores	Construção de projetos com a comunidade formada	Sistematização do processo e trabalho coletivo como um guia	Sistematização do processo e trabalho coletivo como um guia

Figura 3: Informações e análises dos Planos de Bairro na cidade de São Paulo (Perus, Cambuci e Região, Jardim Lapenna e Jardim Pantanal). Fonte: Autores (2024).

Na tabela é demonstrado que as ações educativas nos territórios se deram de diferentes formas e estratégias: com a participação dos moradores divididos por localidade (Perus), atividades em espaços no bairro (Cambuci), organização de colegiados e intervenções (Jardim Lapenna) e com a formação de grupos de trabalho (Jardim Pantanal). As relações intersectoriais também se desenvolveram em cada experiência de maneiras específicas: com o envolvimento do poder legislativo e de setores locais (Perus), uso de equipamentos públicos (Cambuci), aprovação do plano pela subprefeitura e parcerias locais (Jardim Lapenna) e também projetos temáticos com parcerias (Jardim Pantanal).

Sobre as potencialidades distintas de cada plano: detalhamento com as especificações e demandas (Perus), formação de comunidade na organização das ações (Cambuci), estratégias visando às políticas públicas (Jardim Lapenna) e trabalho processual e faseado em publicações (Jardim Pantanal). Nos aspectos frágeis: participação forjada por interesses de mercado (Perus), carência de estudos

aprofundados e tutela de instituição privada (Cambuci) e dependência institucional para sistematizar o trabalho (Jardim Lapenna e Jardim Pantanal).

Como balanço dos projetos, temos: em Perus, uma experiência pioneira de Plano de Bairro com a participação de diferentes atores; no Cambuci, a construção de projetos com a comunidade formada nos encontros; e nos Jardins Lapenna e Pantanal, a sistematização do processo e trabalho coletivo como um guia de melhorias para os respectivos bairros.

No decorrer da análise de conteúdo houve uma dificuldade de analisar os Planos de Bairro de Perus, por seu livro produzido não estar disponibilizado na internet, e também no caso do Cambuci e Região pelas informações estarem dispersas nas redes sociais; as duas experiências são mais antigas, de mais de 10 anos atrás. Já as experiências do Jardim Lapenna e Jardim Pantanal são mais recentes e com as suas publicações disponibilizadas na internet, facilitando a investigação proposta.

Observa-se que, os quatro bairros com planos analisados e fomentados pelas instituições, se caracterizam como áreas de reclusão territorial (HAESBAERT, 2014), isto é, espaços de isolamento em relação ao resto da sociedade pela precarização das condições de vida da população que habita a região, considerada como massa marginal na cidade e discutida na caracterização dos bairros investigados. Em nenhum dos casos estudados o Plano de Bairro foi iniciativa das comunidades locais em suas pluralidades – faz-se necessário reconhecer que outras práxis políticas precisam ser construídas democraticamente com a participação dos diferentes grupos sociais nos territórios para o bem viver e para a conquista da autonomia (SAQUET, 2007 e ACOSTA, 2015).

Nos Planos de Bairro do Cambuci, Jardim Lapenna e Jardim Pantanal foram utilizadas metodologias participativas similares como o "varal dos sonhos", mapeamentos afetivos, atividades lúdicas, arte urbana, utilização de equipamentos públicos na área da educação e da saúde, socialização e divulgação do trabalho nas redes sociais. Diferente e anterior aos demais, o plano de Perus foi elaborado com um caráter mais técnico com o envolvimento de especialistas e a participação dos moradores de cada localidade no distrito, que foram divididos em 10 áreas.

Nos bairros de Perus e Cambuci com seus históricos em comum de bairros fabris também é observado em seus vazios urbanos, nos quais funcionaram as fábricas, a intensificação da especulação imobiliária nessas áreas residuais ao invés da preservação da memória coletiva local. A discussão sobre a preservação da memória local não é recente, mas tem ganhado mais força e ampliação com os movimentos de territórios indígenas e negros, denunciando os apagamentos históricos na cidade de São Paulo nos últimos anos.

Os Planos de Bairro no Jardim Lapenna e no Jardim Pantanal, na zona leste da cidade, foram fomentados por instituições sem fins lucrativos (diretos) por herdeiros do Banco Itaú, os quais são proprietários de terrenos em áreas de risco contendo ocupações irregulares de moradia e alta vulnerabilidade social, além da falta de infraestrutura pública de qualidade, conforme mencionado na caracterização histórica e urbana dos territórios analisados. Nas três experiências exitosas dos Planos de Bairro participativos foram produzidos livros com os planos pelos seus fomentadores e financiadores.

Nestas produções participativas e tuteladas por instituições com os Planos de Bairro observa-se: "Ao apropriar-se do direito sobre o produto final e ao travar desenvolvimentos paralelos, a empresa canaliza para si gigantescos lucros da totalidade do esforço social, que ela não teve de financiar" (DOWBOR, 2020, p. 92). Esse período é chamado de técnico-científico-informacional por Teixeira (2022). O autor argumenta que os poderes corporativos atuantes nos territórios devem ser enfrentados pela luta daqueles marginalizados em seus próprios territórios e por meio de planejamentos que tratem o conflito social como estratégia contra hegemônica.

Na cidade de São Paulo os Planos de Bairro fomentados nos últimos anos são caracterizados pelas tutelas assistencialistas de empresas vinculadas a grandes redes corporativas do capital monopolista, embora com a promoção de projetos educativos e intersetoriais nos territórios. Esse fato pode gerar novas colonizações neoliberais com o incentivo ao empreendedorismo de bairro em comunidades vulneráveis ao invés de fortalecer mobilizações para atender as demandas infraestruturais aos setores públicos.

As vantagens que estas corporações podem obter são o domínio das articulações e mobilizações nos territórios, chamada por Virgínia Fontes (2020) de pobretologia com a falsificação e ou o amansamento da ira popular, além da propaganda para as suas empresas com as "benfeitorias" sociais e culturais, destacada por Silva (2016) a preocupação das empresas com a imagem.

Projetos de territórios educativos e intersetorialidade, além de Planos de Bairro, deveriam partir de redes, associações e organizações do território de forma mais autônoma e orgânica pelos interesses e contextos criados com as pessoas nos territórios. Sob a premissa da participação social enquanto processo educativo, se direcionada pelos interesses de setores privados não representa uma participação plena, mas caracteriza-se como simulação e captura dos interesses especulativos do mercado que também atua no setor social – como é possível constatar em projetos financiados destinados a abater Imposto de Renda. Catini (2023) explica que o cenário do mercado financeiro atuando nos serviços sociais induz outras empresas ainda não atuantes a criarem serviços e, desse modo, privatizando os mesmos, principalmente no campo da educação.

A ideia de guerra dos lugares (ROLNIK, 2015) se conecta ao conceito de "planejamento corporativo do território" (TEIXEIRA, 2022), que possui três características principais: 1) planejamento corporativo quando controlam sistemas técnicos de infraestrutura; 2) controle indireto do território por meio dos procedimentos estatais de planejamento; e 3) planejamento territorial "híbrido" (empresas privadas e públicas).

É possível identificar essas três características do planejamento corporativo do território, formuladas por Teixeira (2022), no PL 688/13 dos Planos de Bairro, assim como nas quatro experiências de Planos de Bairro analisadas neste trabalho. Desse modo, a participação social é reduzida para uma participação tutelada e corporativa, influenciando o território, seu planejamento por meio de assessorias técnicas e estratégicas que desenvolvem o papel de sistematizar os anseios manipulados da população local. Embora ocorram nos projetos articulações intersectoriais nos territórios educativos (SINGER, 2014) e relações sinérgicas (IONJOSA, 2002), a comunidade é tratada como um produto, resultado dessa dinâmica hierarquizada pelo Estado e corporações.

São Paulo é uma cidade segregada e de muros; essa segregação acontece tanto socialmente quanto espacialmente (CALDEIRA, 2000). A partir da obra de Caldeira compreendem-se os padrões da segregação urbana, que não é apenas refletir na área dos estudos urbanos e ou da sociologia da violência, é questionar a democracia na vida cotidiana das cidades (TAVOLARI, 2023). O questionamento do sentido democrático da cidade se dá pela segregação no acesso às infraestruturas básicas (energia, água potável e saneamento) e equipamentos urbanos (educação, saúde e lazer) distribuídos desigualmente no território urbano, não pelos círculos concêntricos do afastamento das centralidades nem pelo distanciamento geográfico, mas pela segregação de ofertas de estruturas urbanas.

Assim, podemos entender que a segregação abrange os demais aspectos da vida social, econômica, política e principalmente ideologicamente, conforme Villaça: "No espaço urbano, como em outras esferas sociais, a dominação social se faz mediante desigual distribuição, entre as classes sociais, dos frutos do trabalho" (VILLAÇA, 2011, p. 57).

Esta produção desigual do espaço urbano, em que certas áreas se integram ao movimento neoliberal de globalização concentrando infraestruturas e privilégios,

enquanto outras áreas são negligenciadas e marginalizadas sofrendo pela ausência de infraestruturas e equipamentos urbanos, reflete assim as dinâmicas de poder inerentes às tensões por espacialização econômica que as cidades apresentam enquanto heranças de práticas colonialistas e segregacionistas. Desta forma, grupos sociais com maior preponderância econômica e política se apropriaram do território, moldando-o fisicamente e culturalmente à sua maneira e interesses (SANTOS, 2002).

Assevera-se a prática de segregação e tensão urbana se nos debruçarmos sobre o direito à moradia digna. O direito ao abrigo de populações marginalizadas e sem expressão econômica demonstra a desigualdade de espaços urbanos, a injustiça espacial quando bairros marginalizados, remotos e que apresentam moradias precárias e sem infraestruturas abrigam dinâmicos movimentos populares de culturas e tradições afro-brasileiras, capazes de reparar disparidades sociais compreendidas também como hierárquicas (CASTELLS, 2021) e injustiças históricas, se tratados com a gestão democrática de políticas públicas como os Planos de Bairro (NASCIMENTO, 2016).

Talvez uma participação mais integrativa e estratégica nas próprias infraestruturas públicas no bairro, como escolas, postos de saúde, parques, bibliotecas, terminais de ônibus, centros culturais, etc., em que a comunidade convive, possa ser um horizonte mais assertivo para os planejamentos urbanos locais. Todavia essas participações ainda acontecem de forma isolada, fragmentada ou somente por meio de conselhos chamados participativos, mas que na prática são apenas representativos, consultivos e com a participação de classes sociais mais privilegiadas.

Desta forma, veremos que o direito à cidade não se restringe às salvaguardas de planos e legislações municipais, mas se dará pelas ações integradoras de respeito às ancestralidades impressas e compartilhadas entre edificações, praças, sons, palavras e imagens, capazes de integrar equitativamente os múltiplos sujeitos compondo a cidade polifônica (CANEVASSI, 2004). A cultura se constrói também nas relações de afeto, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional e prazer intelectual (EAGLETON, 2011).

Considerações finais

As cidades são lugares de disputas em que populações marginalizadas são inferiorizadas, sofrem apagamentos e exclusões herdadas de práticas colonialistas e segregacionistas. Seu enfrentamento demanda abordagens multidimensionais além de intersectoriais, pelas quais os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais devem ser utilizados como elementos de remediação para possibilitar reparações e a construção de equidade. A produção do espaço urbano é marcadamente desigual, demandando abordagens democráticas na sua produção e gestão (Planos de Bairros) capazes de confrontar disparidades históricas em bairros com populações periféricas (SANTOS, 2002).

Este trabalho analisou as relações entre Planos de Bairro, territórios educativos e a intersectorialidade em quatro experiências na cidade de São Paulo: Perus, Cambuci, Jardim Lapenna e Jardim Pantanal. A metodologia da autoetnografia (SANTOS, 2017 e MIRANDA, 2022) foi propícia e contribuiu no caso do Plano de Bairro do Cambuci e Região pela falta de materiais sistematizados e disponibilizados na internet; a autora relatou e refletiu sua experiência pessoal participando da elaboração do plano como moradora do bairro.

É observado que o capital privado tem assumido a direção e a gestão de áreas que são obrigação do Estado, demonstrando a fraqueza ou leniência de suas responsabilidades com o avanço do modelo de Estado neoliberal sobre a gestão e produção de políticas públicas, como relatado nos Planos de Bairro em São Paulo analisados.

A valorização da diversidade cultural, das culturas populares, afro-brasileiras e indígenas através de políticas públicas capazes de superar o racismo estrutural e atuar na reparação histórica em bairros marginalizados (NASCIMENTO, 2016) é essencial para a mudança social. Combater a segregação socioespacial com políticas de acesso à habitação digna, com uma justiça social e políticas públicas inclusivas, possibilitando enfrentar as desigualdades sociais no acesso à habitação popular fomentada por movimentos sociais nas inúmeras lutas pelo direito à cidade (ROLNIK, 2015), também é de extrema importância para potencializar a equidade, fortalecendo os comuns na própria ação educativa de planejar os bairros e a cidade!

Referências

- ACOSTA, A.. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.
- ADACHI, V.. BALARIN, R.. VALOR ECONÔMICO. “Valor Econômico mostra quem são ‘os discretos herdeiros do Itaú’”. 2008. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/valor-economico-mostra-quem-sao-os-discretos-herdeiros-do-itaui-a9db/>. Acesso em: 28 jan 2024.
- AGÊNCIA MURAL. “Perus e Anhanguera: moradores têm mais de 40 sugestões para o Plano de Metas”. 2021. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/perus-e-anhanguera-moradores-tem-mais-de-40-sugestoes-para-o-plano-de-metas/>. Acesso em: 28 jan 2024.
- AMBROGI, I. H.. BIANCHI, S. S.. STASCHOWER, E.. A cidade educadora como perspectiva da educação patrimonial; para um futuro que integre diferentes olhares. *In: Anais do 13º Mestres e Conselheiros: o futuro do patrimônio*. Anais. Belo Horizonte (MG) UFMG, 2022.
- ASSIS, T. C. de. GOHN, M. da G. (2020). Educação e participação: uma investigação das perspectivas teóricas brasileiras. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE*, 36(1), 216–240.
- BARDIN, L.. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEZERRA, P. A. B.. A reprodução do espaço urbano na periferia da metrópole e o discurso da sustentabilidade como estratégia de valorização: uma análise crítica do projeto Parque Linear Ribeirão Perus. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CALDAS AULETE. Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- CALDEIRA, T. P. do R.. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.
- CAMPOS FILHO, C. M.. Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Ed. 34, 2003.

CANEVACCI, M.. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CASTELLS, M.. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

CATINI, C.. BLOG DA BOITEMPO. “A reforma do ensino médio e a “nova geração de negócios”. Em 21 mar 2023. Disponível em: <https://blogdaboi-tempo.com.br/2023/03/21/a-reforma-do-ensino-medio-e-a-nova-geracao-de-nego-cios/>. Acesso em: 5 nov 2023.

CUSTÓDIO, V.. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo Plano de Avenidas. Geosul, v. 19, n. 38, p. 77-98, 2004.

DEMO, P.. Participação é Conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 2009.

DOWBOR, L.. O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

EAGLETON, T.. A ideia de cultura. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. “Cidade Educadora: conceito e histórico” Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/formacoes/saopaulo/dreipi-ranga/2016/03/09/cidade-educadora/>. Acesso em: 10 out 2023.

FONTES, V.. TV BOITEMPO. 2020. “Pobretologia e falsificação da ira popular”. Disponível em: https://youtu.be/rRswefXBYj8?si=zB_YKwv3OYrJ1up7. Acesso em: 1 jan 2024.

FUNDAÇÃO TIDE SETÚBAL. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/>. Acesso em: 28 jan 2024.

FUNDAÇÃO TIDE SETÚBAL. Plano de Bairro Território Lapenna. São Paulo: Fundação Tide Setúbal, 2017.

FUNDAÇÃO TIDE SETÚBAL. Territórios de Direitos: um guia para construir um Plano de Bairro com base na experiência do Jardim Lapenna. São Paulo: Fundação Tide Setúbal, 2019.

GATTI, S.. Plano de Bairro do Jardim Pantanal – Fase 1. São Paulo: IABsp: Instituto Alana, 2022.

GHISLENI, C.. ARCHDAILY. “A história por trás da Fábrica de Cimento Portland de Perus”. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1001839/a-historia-por-tras-da-fabrica-de-cimento-portland-de-perus>. Acesso em: 22 jan 2024.

HAESBAERT, R.. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HUBNER, B. V. *et al.*. ARCHDAILY. “Bairro da Liberdade: o apagamento histórico da memória negra em São Paulo”. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/929303/bairro-da-liberdade-o-apagamento-historico-da-memoria-negra-em-sao-paulo>. Acesso em: 22 jan 2024.

HUBNER, B. V. *et al.*. Convênio Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/SMC-SP) e Associação Escola da Cidade: Caminho Histórico Glória-Lavapés. 2020. Cadernos de Pesquisa, n. 9.

INSTITUTO ALANA. Disponível em: <https://alana.org.br/>. Acesso em: 28 jan 2024.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Departamento de São Paulo. Plano de Bairro do Jardim Pantanal: Fase 1. São Paulo: Instituto Alana, 2022.

INOJOSA, R. M.. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. São Paulo – SP: FUNDAP, Jan./Jun. 2002.

JUSTINIANO, H. M.. O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá Perus Anhanguera (TICP JPA): em busca das potencialidades periféricas. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

LOUV, R.. A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.

MARICATO, E.. ROSSI, P.. Reconstruindo a democracia no Brasil: o poder local e uma agenda para as cidades. *In*: Frente Democrática de Ermelino Matarazzo (FDEM) (Org.). Democracia e(m) crise: o travamento das lutas populares em defesa do Estado de Direito(s). São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

MARQUES, E.. *et al.*. Estrutura Social, segregação e espaços. Em: KOWARICK, L.. Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade e ativismos. São Paulo: Editora 34/FAPESP, 2016.

MIESSEN, M.. *La pesadilla de la participación (un diálogo com la política Chantal Mouffe)*. Barcelona: Dpr-barcelona, 2014.

MIRANDA, C. F. de. A autoetnografia como prática contra-hegemônica. Teoria e Cultura (UFJF), v. 17 n. 3 (2022): Dossiê Autoetnografias: (In)visibilidades, reflexividades e interações entre “Eus” e “Outros”.

MONTANER, J. M.. Política e arquitetura: Por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Olhares, 2021.

MOURAD, L. (2012). Relatório de pesquisa: bairros na metrópole: uma escala de política, de direito e de experiência. Desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado/CAPEs, junto à Faculdade de Arquitetura no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/PPGAU/FAUFBA, sob a coordenação da professora doutora Ana Fernandes. Salvador, Universidade Federal da Bahia.

NASCIMENTO, A.. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

NEVES, D. O. de S.. ARCHDAILY. "Plano de Bairro do Jardim Lapenna: implementação de direitos e o fazer em comunidade". 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/963409/plano-de-bairro-do-jardim-lapenna-implementacao-de-direitos-e-o-fazer-em-comunidade>. Acesso em 27 jan 2024.

ONO, E. E.. A desconstrução do imaginário das smart cities através da implantação de tecnologias em regiões periféricas. In: III ICHT 2019 – Colóquio Internacional – Imaginário: construir e habitar a terra, 2019, São Paulo. Imaginário: construir e habitar a terra. São Paulo, 2019.

PATEMAN, C.. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POLICE NETO, J. (Org.). Plano de Bairro: Perus em Transformação. São Paulo: Cia. Dos Livros, 2012.

REDE SOCIAL CAMBUCI. Disponível em: <https://redesocialcambuci.wordpress.com/>. Acesso em: 8 out 2023.

RIZZI, C. A.. “A questão da participação da comunidade do Distrito de Perus – São Paulo/Brasil, no projeto MDL Aterro Bandeirantes”, *Confins* [En ligne], 11 | 2011, mis en ligne le 25 mars 2011.

ROLNIK, R.. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RUIZ, A. T.. ALMEIDA, M. V. (2020). Políticas públicas e participação social: o caso do Plano de Bairro do Jardim Lapenna como um caminho da democracia para um território de direitos. USP, 225–241.

SALGADO, E. C. de O.. SALGADO, F. G. de A.. Plano de bairro. No limite do seu bairro uma experiência sem limites. São Paulo: Edição do autor, 2011.

SANTOS, A. de M. V. dos. Plano de Bairro da Moreninha: novas relações de vida e cidadania no bairro da periferia. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021.

SANTOS, M.. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, S. M. A.. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. Plural, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SÃO PAULO. Projeto de Lei Nº 688/2013.

SAQUET, M. A.. Abordagens e concepções sobre território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAVIO, M. A. C.. Tecnologia e improviso. A inovação em ambientes de escassez: o caso das oficinas da Light & Power Co.. In: VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade – ESOCITE, 2015, Rio de Janeiro. 2015.

SILVA, A. S. da. Jardim Pantanal: atores e interesses, desalento e esperança. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SINGER, H.. Territórios Educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo: Moderna, 2015.

SIQUEIRA, E.. Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987). 2001. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SOUZA, K. S. de. *Jd Pantanal: plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro*. São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, 2021.

TAVOLARI, B.. *Segregação urbana em São Paulo: 25 anos depois de "Enclaves Fortificados"*, de Teresa Caldeira. *Novos Estudos – CEBRAP*. Edição 127 – Volume v. 42 | n. 3 – 2023.

TEIXEIRA, S. H. de O.. *O pensamento de Milton Santos e a análise crítica do planejamento corporativo do território*. *PerCursos*, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 136–166, 2022.

TOLEDO, R. P. de. *A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. São Paulo: Objetiva, 2015.

URBINI, B. M.. QUARESMA, C. C.. KUESTER, R.. CONTI, D. de M. (2023). *Percepções dos stakeholders urbanos e participação popular na implementação do Plano de Bairro: o caso do Jardim Lapenna, São Paulo, Brasil*. *Revista De Gestão Ambiental E Sustentabilidade*, 12(1), e22229.

URBINI, L. F.. *Educação Integral e capital financeiro: A participação do Itaú Unibanco nas políticas públicas de educação entre 2002 e 2014*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

VILLAÇA, F.. (2011). *São Paulo: segregação urbana e desigualdade*. *Estudos Avançados*, 25(71), 37–58.

VILLAÇA, F.. *As ilusões do Plano Diretor*. São Paulo: Edição do autor, 2005.

WANDERLEY, M. B.. MARTINELLI M. L.. DA PAZ, R. D. O. (2020). *Intersetorialidade nas Políticas Públicas*. *Serviço Social & Sociedade*, (137), 7–13.

ZANIRATO, S. H.. *História da ocupação e das intervenções na várzea do rio Tietê*. *Revista Crítica Histórica*, v. 4, p. 117-129, 2011.